

DGS e Infarmed vão ter de explicar reações adversas às vacinas

A Comissão Parlamentar de Saúde começou, nesta quinta-feira, as audições sobre a petição pública 'Por um Programa do Estado Português de Indemnização das Vítimas de Reações Adversas a Vacinas contra a Covid-19'.

TEXTO
Carlos
Enes

A Comissão Parlamentar de Saúde (CPS) vai fazer «perguntas a outras entidades» sobre o problema das reações adversas às vacinas covid-19 e às lacunas do Sistema Nacional de Farmacovigilância (SNF) no acompanhamento dos casos reportados por médicos, outros profissionais de saúde, presumíveis vítimas e seus familiares. A promessa foi feita pela deputada Ana Oliveira, do PSD, que será relatora da petição pública 'Por um Programa do Estado Português de Indemnização das Vítimas de Reações Adversas a Vacinas contra a Covid-19' no final da audição de uma delegação de médicos e doentes subscritores. A Direção-Geral da Saúde (DGS) e o Infarmed, autoridade reguladora do medicamento, serão obviamente chamados a prestar esclarecimentos, como pedido pela deputada Sofia Andrade, do PS.

A CPS cumpriu os serviços mínimos, com a presença de cinco deputadas, dos três maiores partidos. A cardiologista Teresa Gomes Mota confrontou-as com os 39 mil casos de reações adversas denunciados ao Infarmed nos primeiros dois anos de vacinação. «A partir de 2021, registou-se um aumento brutal e nunca visto de notificações», expôs a primeira subscritora da petição. «Pela minha experiência clínica e pelos dados que tenho consultado, as reações adversas são muitas e são graves», garantiu a médica, cuja petição foi já subscrita por 70 colegas. O Infarmed deixou de publicar dados desde o final de 2022, em «violação do princípio da transparência».

LEONOR E LÚCIA NA AR

Houve dois momentos de intensa carga emocional durante a audição. Teresa Gomes Mota exibiu um vídeo elaborado pelos pais de Leonor Reis Silva, adolescente madeirense que está há quatro anos a viver em estado vegetativo. O vídeo abria e fechava com imagens do seu estado atual, numa cadeira de rodas, incapaz de se mexer ou de pronunciar qualquer palavra, apenas murmúrios. Pelo meio, mostrava fotografias da menina feliz que foi até aos 14 anos. Duas citações da mãe, Susana Reis, procuraram despertar a consciência dos deputados: «A escola emitiu um comunicado: a vacina era obrigató-

ria»; «Mãe, a vacina não é perigosa? Perguntou-me muitas vezes».

Outra lesada relatou ao vivo o seu calvário nos últimos quatro anos. Foi um momento pungente, dada a tremura permanente e a dificuldade de expressão de Lúcia Pires Costa. «A última vez que desci a escada de minha casa parecia que tinha duas varas nas pernas que se iam partir a qualquer momento. Estou presa no meu próprio corpo», desabafou a doente, pedindo justiça e reparação às deputadas.

O Chega acredita que há razões para desconfiar. «Temos vacinas que demoram anos e têm efeitos secundários, quanto mais esta que foi desenvolvida em cima do joelho», declarou a deputada Patrícia Nascimento, enfermeira de profissão. «Somos um partido pró-vida e pró-família. Estes casos sensibilizam-nos muito. Não somos completamente a favor de tudo o que a Europa nos manda fazer», acrescentou esta parlamentar.

O PS optou por elogiar o comportamento do antigo Governo durante a pandemia. «Vivemos um período extraordinário. Ainda que possa haver opiniões muito divergentes, o PS julga que conseguimos ultrapassar essa fase crítica com a ajuda da vacina», defendeu a deputada Sofia Andrade, também ela com formação na área da saúde: licenciatura em Neurofisiologia.

A julgar pela audição, o PSD é o partido mais fechado a discutir o problema das vacinas. «A vacinação no seu global foi das intervenções mais seguras e eficazes da História da Medicina», declarou a deputada social-democrata Joana Seabra, médica de família. Leu um discurso escrito, o que a terá deixado mais imune aos testemunhos das duas famílias.

As três convergiram num ponto: a necessidade de evidência do nexo de causalidade entre as lesões e a toma da vacina.

Teresa Gomes Mota lembrou que patologias como a miocardite, fatal para um número indeterminado de crianças, «estão já assumidas como reações adversas raras nas bulas das vacinas». Se, depois de os doentes serem submetidos a baterias de exames, não se encontra outra explicação, o Estado deve proceder à reparação das vítimas, sem necessidade de recurso aos tribunais, como acontece na maioria dos países. «Não estamos a pedir a Portugal, que foi campeão da vacinação, para inventar a roda, mas apenas para assumir a sua responsabilidade perante cidadãos e famílias que sofrem em consequência de políticas de saúde pública», declarou a primeira subscritora da petição, distribuindo relatórios internacionais como prova. ●



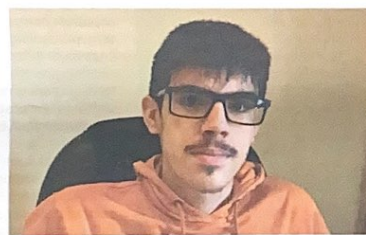
As duas vidas de Leonor

Até aos 14 anos, Leonor era «normalíssima», na expressão humilde da mãe. Não precisava de ser a melhor aluna da turma para ser feliz. Adorava dançar, na terra e no mar. Praticava ballet e mergulho. Filha única, era muito afetuosa e dada a brincadeiras com os pais. Vive há quatro anos no reino vegetal. Não fala, não se mexe, é alimentada por uma sonda. Teve uma morte súbita, por paragem cardiorrespiratória causada por miocardite, efeito adverso assumido nas bulas das vacinas. Ontem, os seus murmúrios chegaram ao Parlamento.



Uma vida parada a meio

Em 19 de fevereiro de 2021, quando tomou a segunda dose da vacina, Rosa Vilas Boas já não dormiu: tosse, falta de ar, dores lancinantes e névoa mental. No dia seguinte, sentiu um cansaço inexplicável, que dura até hoje. Também desenvolveu «encefalomielite miálgica, com ponto de partida em vacinação SARS-CoV-2», descreve o relatório médico. O seu caso foi notificado pelo Hospital de Barcelos ao Infarmed, que nunca a contactou. Passa a maior parte do tempo na cama. Parou em vida, aos 49 anos.



Lesionado para a vida

Miguel Pedroso foi um atleta até aos 16 anos: praticava basquetebol e boxe. O relatório do reumatologista descreve que «após a toma da vacina, em agosto de 2022, entrou num quadro de fadiga intensa e incapacidade de realizar qualquer tarefa nos períodos de crise». Sentiu logo dores nas pernas e no peito, que duram até hoje. Diagnóstico: encefalomielite miálgica. Um pequeno esforço, como caminhar ou tomar banho, pode demorar semanas a recuperar. Passa longos períodos acamado, sem conseguir frequentar a escola.



Presa no próprio corpo

Lúcia Martins vacinou-se «para poder trabalhar». Como resultado, deixou de poder trabalhar para sempre. Mais um caso de mielite, grave, «com início em agosto de 2021, após a administração da segunda dose», conforme atestado por relatório médico. Tem dores constantes, que se assemelham a «vidros dentro do corpo». E fadiga crónica, falta-lhe força para tudo. Passou de cuidadora a dependente. «Para as minhas filhas, foi como se tivessem perdido a mãe», descreveu ontem aos deputados.



Outro atleta abatido

Rodrigo Costa praticava surf e ténis. Depois da segunda dose, aos 13 anos, teve covid e começou a sofrer de múltiplos problemas de saúde. Hoje tem uma incapacidade de 80%. Pouco ou nada fala, não escreve, precisa de ajuda para tudo. As dores e ao cansaço junta tiques, que o levaram a um rosário de consultas: psicologia, pedopsiquiatria, terapia da fala, neurologia. Fez baterias de exames. Não detetaram nada. Com o desgosto, a mãe entrou num quadro de depressão. O pai deixou de trabalhar para o ajudar.



16 dias em coma

Pedro Gonçalves, 47 anos, vacinado em 2021. Três dias após a primeira dose surgiram sintomas gripais. O quadro agravou-se rapidamente: esteve 16 dias em coma, internado com pneumonia covid grave e insuficiência respiratória. Desenvolveu crises convulsivas. Acabou diagnosticado com epilepsia. Desde então, vive com limitações e medicação permanente. O processo clínico regista o início dos sintomas após a vacinação, mas o seu caso não foi notificado ao Sistema Nacional de Farmacovigilância. Quer ir para tribunal.